



CÂMARA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ

**CONTRATO ADMINISTRATIVO DE "AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA O EVENTO
BAILE VENEZIANO - PAÇO DE GIELA - EDIÇÃO 2017 " ADJUDICADO À
SOCIEDADE COMERCIAL MIGUEL CASTRO OLIVEIRA, UNIPessoal, LDA, DE
VILA NOVA DE GAIA [PF284/2017] -----**

(Artigos 94º e 96º do Código dos Contratos Públicos)

No dia **17 de março de 2017**, nesta vila de Arcos de Valdevez e Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal, comigo, Lic. Faustino Gomes Soares, chefe de Divisão, como oficial público da mesma Câmara, compareceram o senhor **Dr. João Manuel do Amaral Esteves**, casado, natural da extinta freguesia de Arcos de Valdevez (Salvador), atualmente União de Freguesias de Arcos de Valdevez (Salvador), Vila Fonche e Parada, residente no lugar da Aldeia, freguesia do Couto, ambas deste concelho, que outorga na qualidade de **presidente da referida Câmara Municipal, em representação do Município de Arcos de Valdevez**, pessoa coletiva número 505 211 696, nos termos da alínea f) do nº 2, do artigo 35º do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, e de harmonia com o Despacho da Presidência da Câmara Municipal, datado de 09 de Março de 2017, que autorizou a celebração do contrato e aprovou a respectiva minuta, como primeiro outorgante; e -----

Miguel Alexandre de Pinho Castro Oliveira, titular do Cartão de Cidadão n.º 10874480, casado, natural da freguesia de São Martinho da Gândara, concelho de Oliveira de Azeméis, residente na Rua Serafim Rodrigues Canedo, nº 29, 4º, Esqº, traseiras, Vila Nova de Gaia, que outorga na qualidade de **único sócio e gerente**, em representação da sociedade comercial por quotas, que usa a firma **MIGUEL CASTRO OLIVEIRA, UNIPessoal, LDA**, com sede na mesma Rua Serafim Rodrigues Canedo, nº 29, 4º, Esqº, traseiras, Vila Nova de Gaia, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Vila Nova de Gaia, com o número único de matrícula e de identificação de pessoa coletiva **513 539 204**, como segundo outorgante, a fim de reduzir a escrito o respetivo contrato, nos termos e condições constantes das cláusulas seguintes: -----

Primeira: O Município de Arcos de Valdevez, representado do primeiro outorgante, por Despacho da Presidência da Câmara Municipal de **09 de Março de 2017**, adjudicou, por Ajuste Direto, nos termos dos artigos 20º, nº 1, e 124º, e seguintes, do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, à representada do segundo outorgante, a **“AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA O EVENTO BAILE VENEZIANO – PAÇO DE GIELA – EDIÇÃO 2017”**. -----

Pelo referido Despacho a Presidência da Câmara Municipal aprovou ainda a minuta do contrato, nos termos do disposto no artigo 98º, nº 2, do Código dos Contratos Públicos. -----

Segunda: O preço contratual, correspondente ao valor da adjudicação, é de **11.775,00 (onze mil setecentos e setenta e cinco euros)**, mais IVA, à taxa legal em vigor. -----

Terceira: O prazo de prestação do serviço adjudicado é de **10 dias**. -----

Quarta: O pagamento dos encargos resultantes do presente contrato de fornecimento será efectuado no prazo de 60 dias a contar da data da apresentação da correspondente fatura. -----

Quinta: O encargo resultante deste contrato será satisfeito pela rubrica orçamental seguinte, na qual tem cabimento adequado: -----

- Classificação Orgânica – **Capítulo 02** – Câmara Municipal e Serviços Municipais. -----

- Classificação Económica – **Agrupamento 02** – Aquisição de Bens e Serviços; **Subagrupamento – 02** – Aquisição de serviços; **Rubrica 20** – Outros trabalhos especializados; **Alínea 01** – Trabalhos especializados de cariz cultural. -----

Sexta: O presente contrato foi objeto de autorização prévia do Presidente da Câmara Municipal, de **24 de fevereiro de 2017**, nos termos do disposto nos nºs 5 e 12 do artigo 49º da Lei nº 42/2016, de 28 de dezembro (Orçamento de Estado para 2017). -

Sétima: O presente contrato **não está sujeito** a Visto do Tribunal de Contas, nos termos da legislação em vigor, designadamente, do artigo 130º nº 1, da Lei nº 42/2016, de 28 de dezembro e, na parte não especialmente e nele previsto, reger-se-á pelas disposições legais aplicáveis, nomeadamente, o Código dos Contratos Públicos, e demais legislação em vigor. -----

Oitava: Para a resolução de todos os litígios decorrentes da execução deste contrato fica estipulado o foro do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro. -----

Nona: 1 – Fazem parte integrante deste contrato: -----

a) Os suprimientos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes e aceites pela Câmara Municipal, nos termos do disposto no artigo 61º do CCP; -----

b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos; -----

c) **O caderno de encargos;** -----

d) **A proposta adjudicada.** -----

2 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados. -----

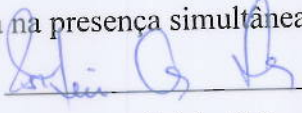
3 – Em caso de divergência entre os documentos atrás referidos e o clausulado deste contrato, prevalecem os primeiros. -----

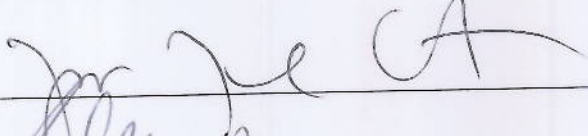
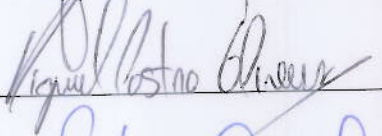

Décima: É dispensada a apresentação de qualquer caução pelo adjudicatário, de acordo com o disposto no nº 2 do artigo 88º do Código dos Contratos Públicos. -----

Décima Primeira: O segundo outorgante **declara aceitar, para sua representada,** o presente contrato, nos termos exarados. -----

Décima Segunda: Que se obriga a realizar a prestação de serviços objeto deste contrato dentro das boas normas de execução e nos termos da respectiva proposta e do caderno de encargos. -----

Foram apresentados pelo segundo outorgante os seguintes documentos, que ficam arquivados com o presente contrato: a) Declaração do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, comprovativa de que a sua representada tem a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social, emitida em **13-03-2017**, e válida por quatro meses; b) Certidão emitida pelo Serviço de Finanças de Vila Nova de Gaia.3, em **13-03-2017**, comprovativa de que a referida sociedade tem a sua situação tributária regularizada, e válida por três meses; c) Certidão Permanente do Registo Comercial com o código de acesso 6750-0418-0419, subscrita em 29-12-2016 e válida até **29-12-2017**, com os elementos respeitantes à matrícula da referida sociedade, pela qual foram verificadas a qualidade e suficiência de poderes do segundo outorgante para este ato; d) Documentos comprovativos de que não se encontra na situação prevista na alínea i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos; e) Declaração Anexo II do Código dos Contratos Públicos. -----

Para constar vai o presente contrato ser assinado pelos dois intervenientes, depois de lido em voz alta na presença simultânea de ambos, e explicado o seu conteúdo e efeitos por mim,  Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, como oficial público neste acto. -----

Para efeitos do disposto no nº 3 do artigo 5º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, declara-se que o compromisso respeitante ao presente contrato se encontra registado no sistema de Contabilidade do Município com o nº **39/029/2017**.

REGISTADO NO LIVRO PRÓPRIO DOS CONTRATOS, SOB O Nº **11/2017**